

Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Cidadão Produtivo Emancipado: o desafio da totalidade social

Maria Ciavatta*

Resumo: Abordamos, de modo abreviado, a questão da totalidade social como exigência de uma visão emancipatória e como desafio teórico na produção do conhecimento. O desenvolvimento do tema se faz a partir da história como processo e a história como método dentro da crise dos referenciais teóricos na sociedade capitalista atual.

Palavras-chave: cidadão produtivo emancipado – história - totalidade social

Abstract: We approach, in shortened way, the question of the social totality as requirement of a emancipated vision and as theoretical challenge in the production of the knowledge. We developed the subject from history as process and history as method inside of the crisis of the theoretical reference in the current capitalist society.

Key words: emancipated productive citizen - history - social totality

Introdução

O tema é parte das pesquisas que desenvolvemos sobre a formação do cidadão produtivo e as políticas educacionais para o ensino médio técnico, nas a partir da década de 1980. Buscamos compreender em que sentido os processos de formação integrada entre o ensino médio e a formação profissional podem contribuir para a formação do cidadão produtivo que seja também um cidadão emancipado..

Neste texto, abordamos, de modo abreviado, a questão da totalidade social como exigência de uma visão emancipatória e como desafio teórico na produção do conhecimento. O desenvolvimento do tema se faz a partir da história como processo e a história como método dentro da crise dos referenciais teóricos na sociedade capitalista atual.

A reconstrução histórica e seus conceitos fundamentais

Partimos de duas proposições principais. Em primeiro lugar, o método não se separa da construção do objeto. Significa que os fenômenos podem ser apreendidos de diferentes formas pelos pesquisadores, dependendo de sua visão de realidade e de como concebem a produção do conhecimento sobre essa mesma realidade. Em segundo lugar, baseamo-nos na afirmação de que a reconstrução histórica de um fenômeno deve estar voltada

* Universidade Federal Fluminense, Doutora em Ciências Humanas (Educação), apoio CNPQ e FAPERJ.

para a história como processo e a história como método (Labastida, 1983). Na primeira afirmação, trata-se da história como realidade ontológica, a vida dos homens em sociedade (Marx, 1979); na segunda asserção, trata-se de reproduzir os processos históricos no nível do pensamento, como concreto pensado, na reflexão teórica (Marx, 1977).

A (des)ordem capitalista - No plano histórico, precisamos distinguir as mudanças ou rupturas, que mudam a natureza das relações sociais e do modo de produção vigente, das mudanças que trazem alterações, porém, mantendo a velha ordem social. Essa distinção nos permite compreender as aparências das sociedades capitalistas com seu halo de sedução e o horror da destruição e a essência do fenômeno ou a natureza intrínseca do capital que é a exploração do trabalho, a sua própria reprodução e acumulação em um processo permanente e sem limites, tanto o permitirem as forças sociais em confronto (Mészáros, 2002), .

Como mostra Jameson (1994), a realidade contraditória em que se move a história leva a que todos os referenciais se encontrem em crise face às mudanças bruscas sem precedentes das relações sociais capitalistas e socialistas. Vale dizer, nossas categorias analíticas não dão conta de apreender as mediações e determinações constitutivas das relações sociais. Mas a crise não significa o fim do capitalismo e dos referenciais funcionalistas e positivistas ou críticos.

A situação de crise do capitalismo explica o retorno, com o nome de neoliberalismo, às concepções do liberalismo conservador, estruturadas de forma sistemática na apologia à liberdade do mercado e a crítica a todas as formas políticas que visem a igualdade.

Esta compreensão e, de certa forma, este pressuposto, não desconhece as tensões e problemas que o próprio materialismo histórico oferece desde sua gênese (Anderson, 1985; Konder, 1992) e, sobretudo, os diversos descaminhos trilhados ao longo de mais de século e meio dos quais o economicismo e o viés estruturalista são os mais candentes. Também não ignora as dificuldades intrínsecas de operar analiticamente com as categorias fundamentais do materialismo histórico. O que não significa ignorar a existência de outros referenciais críticos ou não ao capitalismo. Uma leitura atenta das análises positivistas e funcionalistas nos indica um intenso embate interpretativo da realidade por diferentes grupos ou frações da classe burguesa e seus intelectuais, muitos dos quais naturalizam as relações capitalistas, perdendo a possibilidade de entender as funções e disfunções internas destas relações e o que as produz.

Mediante poderosas redes de comunicação, afirma-se que estamos iniciando um novo tempo do qual estamos defasados e ao qual devemos nos ajustar irreversivelmente - o tempo da globalização, da modernidade competitiva, de reestruturação produtiva e de

reengenharia. Este ajustamento pressupõe conter e restringir a esfera pública e ampliar a esfera privada, o que deve efetivar-se de acordo com as leis da competitividade do mercado mundial.

Mediante a nova base técnica do trabalho, de base eletrônica, produzem-se *robots*, máquinas informatizadas que, como nunca, podem aumentar a produtividade e a qualidade, prescindindo de milhões de braços e cérebros e ampliando a exploração e a precarização dos trabalhadores empregados. O capital dinheiro, descola-se cada vez mais de sua referência real e torna-se fictício, especulativo, permitindo, aos que tem o manejo das informações, auferir ganhos extraordinários, mesmo que seja às custas milhares de trabalhadores em todas as parte do mundo, particularmente nas nações da capitalismo periférico (Frigotto e Ciavatta, 2006).

Caminhos da totalidade social¹ - A aproximação com a realidade e seu reconhecimento como um saber tem gerado diferentes lógicas de construção do conhecimento. Historicamente, os pensadores dedicaram-se a tentar explicar o que é a realidade, como o ser humano acolhe e incorpora em si a realidade, como o sujeito que conhece alcança o objeto que se dá a conhecer.

Quando falamos em aproximação da realidade através da reconstrução histórica, duas questões preliminares estão postas: primeiro, recusamos todo dogmatismo e as concepções evolucionistas da história; segundo, recusamos toda visão cética e fragmentada do mundo e o relativismo como ponto de partida. Aos sistemas explicativos fechados ou funcionais, a uma visão fragmentada da realidade propomos a busca das articulações que explicam os nexos e significados do real e levam à construção de totalidades sociais, relativas a determinados objetos de estudo.

Neste sentido, a totalidade social construída não é uma racionalização ou modelo explicativo, mas um conjunto dinâmico de relações que passam, necessariamente, pela ação de sujeitos sociais. Não sendo apenas uma concepção mental, o conceito de totalidade social tem um referente histórico, material, social, moral ou afetivo de acordo com as relações que constituem determinada totalidade. Consequentemente, as totalidades são tão heterogêneas e tão diversificadas quanto os aspectos da realidade

A compreensão do termo totalidade esbarra em várias distorções. Uma é sua aproximação semântica com totalitarismo, de esquerda ou de direita, evocado, justamente, como um cerceamento absoluto à dignidade humana. Outra dificuldade é a compreensão equivocada de que totalidade tem o sentido de tudo, o que inviabiliza um processo sério de conhecimento. Para Eagleton, o descrédito teórico da idéia de totalidade é esperado em uma

¹ Outros elementos dessa discussão encontram-se em Ciavatta, 2001.

época de derrota política da esquerda, como a que se viveu a partir dos anos 1990, após da *débacle* do comunismo. Neste sentido, a negativa da totalidade pode ser mais uma posição estratégica de natureza política do que uma elaboração teórica, e está ligada à perda do sentido da atividade política (Eagleton, 1997:29-32).

No sentido marxista, a totalidade é um conjunto de fatos articulados ou o contexto de um objeto com suas múltiplas relações ou, ainda, um todo estruturado, mas aberto a novas determinações, que se desenvolve e se cria como produção social do homem. A dialética da totalidade (Kosik, 1976) é uma teoria da realidade onde seres humanos e objetos existem em situação de relação, e nunca isolados como alguns processos analíticos podem fazer crer. Neste sentido, a dialética da totalidade é um princípio epistemológico e um método de produção do conhecimento. Estudar um objeto é concebê-lo na totalidade de relações que o determinam, sejam elas de nível econômico, social, cultural, etc..

A esta lógica de construção do objeto científico denominamos lógica da reconstrução histórica. Ela pretende ser uma lógica sócio-cultural que supere a lógica economicista, a lógica pós-moderna e outras abordagens que buscam ignorar a história como produção econômica e cultural da existência humana. Nesta concepção, o objeto singular é visto a partir de sua gênese nos processos sociais mais amplos, o que significa compreender a história como processo; e reconstruí-lo a partir de uma determinada realidade que é sempre complexa, aberta às transformações sob a ação dos sujeitos sociais, o que significa utilizar a história como método.

Compreender a história como processo não é apenas uma questão acadêmica ou científica, mas também política, como é a própria questão do conhecimento e da ciência (Cardoso, 1981). É Marx quem vai explicitar os elementos políticos e ideológicos da história ao concebê-la como o processo da vida real dos homens e como a ciência desse processo. Essa compreensão teórica vai tomando forma ao longo da vida, desde a juventude, de modo que o conhecimento e a luta política vão definindo uma nova forma de interpretar os fatos, em um processo reflexivo sobre a realidade do conhecimento e das relações vividas pelos homens de seu tempo (Vilar, 1987).

A exigência da totalidade social na concepção do cidadão produtivo emancipado

O homem, sujeito e objeto na produção do conhecimento, não é um indivíduo isolado, mas um sujeito social que realiza a história e nela se realiza. “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (...)” (Marx, 1979:37-8).

Totalidade não significa todos os fatos, e todos os fatos reunidos não constituem uma totalidade. O conhecimento dos fatos isolados, mesmo quantificados, é insuficiente para explicar o todo. “O conceito de totalidade, tomado em si mesmo, destituído de suas dimensões processuais, apresenta uma alçada puramente formal, e quando aplicado à realidade torna-a formal e abstrata” (Bornheim, 1983:310).

Do ponto de vista metodológico, como apreender o real nas suas múltiplas faces, na sua complexidade, que não se esgota no objeto singular? Mas, também, cabe perguntar como não se perder num universo indefinido e confuso sob o argumento da busca da totalidade social de um fenômeno? O exame do papel mediador dos processos sociais, articulados em uma determinada totalidade é um primeiro passo no esforço de distinguir certas parcelas do real nas suas múltiplas determinações. A categoria da particularidade (Lukács, 1968) é um segundo passo nessa direção, no sentido da historicização dos fenômenos..

A formação do cidadão produtivo - A pesquisa nos permitiu identificar as duas lógicas presentes no mundo do trabalho e da educação. A produção capitalista tem uma lógica própria, que difere da lógica da educação. Há uma contradição entre a *lógica da produção capitalista* que tem base no lucro, na exploração do trabalho, no tempo breve em que deve ser realizar a atividade produtiva, no corte de custos, no aumento da produtividade do trabalho, na competitividade, na mercantilização de toda produção humana. A *lógica da educação* tem a finalidade de formar o ser humano e deve pautar-se pela socialização do conhecimento, o diálogo, a discussão, o tempo médio e longo da aprendizagem, a humanização, a emancipação das amarras da opressão, o reconhecimento das necessidades do outro, o respeito à sua individualidade, a participação construtiva e a defesa dos direitos de cidadania (Ciavatta, 2006).

A primeira é a lógica presente no conceito de cidadão produtivo à luz da teoria da mais-valia², que distingue a produção de valores de uso e de valores de troca. Marx, estabelece um longo debate crítico mostrando qual é a compreensão de produtividade e de trabalhador produtivo no pensamento dos fisiocratas, dos mercantilistas e dos teóricos do capitalismo, Smith, Ricardo, Sismondi.(Marx, 1985) Todos esses autores vão disseminar idéias vulgares ou parciais do que seja trabalho e trabalhador produtivo que, em última análise, encobrem o sentido forte e efetivo de produtividade e de trabalhador produtivo para o capital.

² Esta reflexão tem por base Frigotto e Ciavatta, 2006.

Dentro das condições do trabalho assalariado, os produtos assumem o valor de troca, gerando mais-valia para a acumulação e a reprodução do capital. Mas os seres humanos produzem, também, para a própria vida, para a reprodução da existência na vida diária, na criação estética, no cuidado amoroso do outro. Produzem, então, valores de uso que não são objeto de extração da mais-valia. Neste sentido, os trabalhadores também são produtivos e podem se distanciar da lógica funcional da produção capitalista.

A luta da classe trabalhadora e de seus intelectuais ao longo de dois séculos do capitalismo, foi buscar, sistematicamente, não só desmascarar o falseamento das noções de produtividade e de trabalhador produtivo, mas lograr conquistas importantes em termos de regulamentação do capital, de por freios à super-exploração, de conquistar tempo livre para si mesmo – o que hoje, está sendo, progressivamente, ocupado pelo consumo e pelo divertimento que remuneram o capital através da indústria cultural..

Quando buscamos elementos da formação do cidadão produtivo emancipado na educação de nível médio técnico, temos de definir o que entendemos por emancipação e buscar reconhecer seus indicadores sociais, políticos e educacionais. Na presente pesquisa assumimos a formação integrada entre a educação geral e a formação específica, ou entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, ou a superação da divisão e da hierarquia das classes sociais em uma sociedade desigual como a brasileira, a garantia e a regulamentação do trabalho como elementos que sinalizam a possibilidade de emancipação dos trabalhadores rumo a uma vida digna e humanizada.

A emancipação do cidadão produtivo - O termo emancipação é de uso corrente nos setores progressistas, mas é escassa sua elaboração teórica. Alguns o remetem ao filósofo italiano Giambattista Vico que viveu de forma quase anônima no século XVIII (1668-1744), durante o Iluminismo ao qual, formalmente, não aderiu. Era anti-cartesiano e seu pensamento é dado como historicista. Sua única obra *Scienza Nuova* serviu de inspiração a outros filósofos, a exemplo de Herder. “Vico elegeu a história como o único conhecimento objetivo acessível ao homem enquanto artífice de si próprio”.³ O sentido etimológico do termo latino *emancipare* tem o mesmo sentido em português – assim como em espanhol e em italiano. Não há ambigüidade em seu sentido estrito: emancipar é tornar livre, libertar ou libertar-se, tornar ou tornar-se independente, dar liberdade ou libertar-se do jugo, da escravidão, da tutela de outro ou do pátrio poder. A emancipação, nesse sentido, supõe que o ser humano seja sujeito “artífice de seu próprio agir” e que ele se liberte em todos os aspectos de sua vida.

³ Notas biográficas de Maria Agostinelli. <http://www.liberliber.it/biblioteca/v/vico/index.htm>. Acesso em 02/07/2006.

Há um viés corrente no uso do termo que sua redução ao estatuto legal da emancipação. Há a falta de uma perspectiva de totalidade social na concepção do cidadão, do ser humano produtivo e na sua possível condição de emancipado. A ambigüidade do termo está no sentido político e histórico em que a libertação ocorre, nas condições da liberdade a que se tem direito. Um exemplo recorrente é a libertação dos escravos no Brasil que foi jurídica, nos termos da lei e, na prática, historicamente, foi o abandono dos escravos à sua própria condição, no geral, de iletrados e desprovidos dos recursos materiais e de cultura política e educacional para assumir a própria liberdade. A evidência histórica é que eles, dificilmente, foram sujeitos e protagonistas de sua liberdade e, sim, foram sujeitados a novas opressões.

Em outra vertente conceitual da formação do cidadão produtivo⁴. Trein recupera o sentido de cidadania coletiva em Marx para fins de superação da cidadania burguesa. Como crítico do capitalismo e do liberalismo, Marx argumenta sobre as inconsistências do projeto liberal burguês na sociedade ocidental e da realidade prático-teórica que impede a emancipação completa do ser humano e limita o exercício da liberdade “que o mantém preso à idéia liberal de que é livre quem em sua vontade não está submetido a interferências e coerções” (Trein, 1994:126-7).

Marx busca superar a perspectiva liberal burguesa de emancipação política posta pela Revolução Francesa, em que a defesa dos interesses da cada classe através da representação do Estado indica que a emancipação política constituiu-se em emancipação da sociedade civil em relação à política. A emancipação política torna-se a garantia das desigualdades existentes na sociedade civil, que é entendida como desigualdade da ordem natural. “O homem não se libertou da religião, ele obteve a liberdade religiosa. Ele não se libertou da propriedade. Ele obteve a liberdade de propriedade. Ele não se libertou do egoísmo do ofício, ele obteve a liberdade de ofício” (Marx, 1991:50).

No pensamento marxiano, o conceito de cidadania tem uma complexidade maior e está ligado ao coletivo ao qual o homem pertence. O homem individual deve se reconhecer com ser genérico, como gênero humano: “somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas “próprias forças” como forças *sociais* e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana (Marx, op. cit.:52, grifos do autor).

Trein (op.cit. p:133-37) Para que a própria cidadania possa ser exercida, o homem deve recuperar em si o universal, o cidadão abstrato, a relação entre ele e o todo, a totalidade

⁴ Elementos desta reflexão constam, originalmente, de Frigotto e Ciavatta, 2003 e 2006.

da sociedade da qual faz parte, em uma condição de ‘co-pertencimento’ à sua condição de indivíduo e de cidadão (Trein, op. cit.:133-137).

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry. **A crise da crise do marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985
- BORNHEIM, Gerd A. **Dialética**. Teoria e prática. Rio de Janeiro: Globo, 1983.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 1997.
- FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. **A formação do cidadão produtivo**. A cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília: INEP, 2006.
- JAMESON, F. *Espaço e imagem* - Teorias do Pós-moderno e outros ensaios. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1994.
- KONDER, L. **O futuro das filosofias da práxis**. Petrópolis, RJ. Vozes, 1992.
- KOSIK, Karel. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LABASTIDA, Jayme. *O objeto da história*. **Nova escrita**, Ensaio, São Paulo, 5 (11/12): 161-175, 1983.
- LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista**. Sobre a categoria da particularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- MARX, Karl. **A ideologia alemã** (Feuerbach). São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MARX, Karl. *A questão judaica*. 2a. ed. São Paulo: Moraes, 1991.
- MARX, Karl. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. Resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1985.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Lisboa: Paulo: Estampa, 1977.
- MÉSZAROS, Istvan. **Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- TREIN, Eunice S. **Trabalho, cidadania e educação**: entre o projeto e a realidade concreta, a responsabilidade do empenho político. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994 (Tese de Doutorado em Educação).
- VILAR, Pierre. *Marx e a história*. In: HOBBSBAWN, Eric J. **História do marxismo**. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.